

24/07/2019 - 05:00

Riscos e vícios da reforma tributária

Por **Fabio Graner**

O tema da reforma tributária vive inédito congestionamento de propostas. O avanço da Previdência na Câmara impulsiona a discussão desse outro capítulo da agenda de medidas estruturais. O assunto, naturalmente envolto em ceticismo depois de décadas de fracassos, carrega consigo virtudes, vícios e riscos que precisam ser considerados.

Um desses vícios está no atual processo legislativo. Câmara e Senado concorrem com dois textos semelhantes e que têm como principal vetor a criação de um imposto sobre valor adicionado (IVA) nacional sobre bens e serviços, o IBS. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em uma decisão mal explicada e aparentemente movida por agenda própria, ignorou o projeto aprovado em 2018 pela comissão especial da Casa. Assim, outro texto foi apresentado e tramitado na Câmara. Já o Senado, que melhor representa os Estados, resolveu encampar o que foi aprovado na Câmara. O desperdício de energia política que essa competição entre as Casas gera já é algo a se lamentar.

O Ministério da Economia, que duvida da viabilidade política das propostas do Congresso, finaliza um projeto próprio. O texto reformula apenas impostos federais e já é bombardeado principalmente por conta do tributo que tem cara e jeito de CPMF, mas que, no fim das contas, parece bem mais agressivo que o extinto em 1997.

Debate deve ser sobre eficiência e justiça tributária

Uma possível vantagem da Contribuição sobre Pagamentos (CP) é alcançar a emergente economia digital e substituir a contribuição sobre folha de pagamentos, barateando o custo do trabalho formal.

Recentemente, os secretários estaduais de Fazenda passaram a defender uma nova alternativa. Trata-se da criação de dois IVAs, um federal e outro estadual. Uma fonte graduada envolvida nas discussões aponta que a alternativa do "IVA dual" seria mais viável por não interferir na autonomia tributária dos Estados ante a União e ainda simplificaria o sistema.

A proposta se parecer com a lançada no ano passado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), então presidido por Ernesto Lozardo. Um dos autores foi o atual secretário de Política Econômica do ministério da Economia, Adolfo Sachsida.

Entre as questões pendentes estaria a compensação da perda de base de arrecadação dos Estados que produzem mais bens do que consomem, a partir da saída da tributação na origem do produto para o seu destino de consumo. E como compensar os Estados do Norte e Nordeste pelo fim dos incentivos fiscais para atrair empresas, a "guerra fiscal".

Advogado tributarista, Luiz Gustavo Bichara faz um importante alerta sobre a tônica do debate até o momento: as diversas propostas de reforma concentram-se na reformulação da tributação do consumo, sem atacar a questão do excesso de carga nesse segmento em detrimento da tributação da renda. Dessa forma, aponta, o sistema tem contribuído para alargar a desigualdade social.

"É mais fácil tributar no consumo, mas é mais danoso. Há um problema grande de tributação da renda. A tributação sobre o consumo prejudica os mais pobres", comentou Bichara, apontando ainda que, enquanto no Brasil a maior parte da carga está no consumo, nos países mais desenvolvidos está na renda. "Discutem-se reformas do imposto sobre consumo e não uma reforma tributária", disse.

Bichara defende que a tributação sobre o lucro não pode ter diferença setorial, como hoje ocorre com os bancos sendo mais taxados, mas sim por nível de lucro. Isto atingiria outros segmentos bastante lucrativos e que pagam menos tributos. Seria um tipo de tabela progressiva, como já ocorre no IRPF, defende.

De fato, olhando-se os dados oficiais, o Brasil tem um peso da tributação maior no consumo do que na renda. A média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cujo ingresso é tão almejado pelo atual governo, é de 11,7% do PIB de tributação na renda, enquanto no Brasil representava 6,5% do PIB. Já na tributação sobre consumo, o Brasil estava com 15,4% do PIB em 2016 enquanto a OCDE estava em 11,4% na média de 31 países associados a ela.

O empresário José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), vai em outra direção. Para ele, a distribuição da carga tributária está mais relacionada ao fato de os países da OCDE serem mais ricos que o Brasil, embora reconheça a regressividade do sistema tributário nacional. Ele não falou em nome da entidade.

"Quando se tem renda per capita alta é natural que boa parcela da arrecadação venha da renda", disse, lembrando que no Brasil, 90% das pessoas têm Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) semelhante ao do Suriname e apenas 1% semelhante ao do Japão. "Por mais que se cobre desse 1%, o impacto é limitado e, se exagerar, a pessoa sai do país", disse.

Para Roriz, o objetivo da simplificação tributária presente nas propostas em discussão é muito importante. Ele aponta que 3,5% do PIB foram gastos em 2017 por governos e empresas para gestão tributária. "Só a indústria em 2017 gastou R\$ 37 bilhões apenas para cumprir as obrigações relacionadas ao recolhimento de impostos".

Roriz aponta que um problema importante das reformas no Congresso é a longa transição e a convivência de dois sistemas, o que gera custos. Por outro lado, aponta, a sistemática de um IVA altera a lógica vigente de recolhimento antecipado de tributos, levando a economia de capital de giro para as empresas.

Ex-secretário de assuntos econômicos do ministério do Planejamento, Marcos Ferrari alerta que este pode não ser o melhor momento para se tocar uma reforma tributária. Segundo o economista, a discussão nesse momento de PIB "minguado" pode postergar os investimentos das empresas necessários para a retomada do nível de atividade, pois, seja qual for a reforma, é esperada uma mudança de preços relativos (variação do preço de um bem em relação aos demais). "O ideal seria uma reforma em momento de crescimento mais forte", disse.

Não são poucas as preocupações sobre a reforma tributária. Mas a profusão de ideias em discussão é um sinal de que dessa vez pode ser diferente e algo finalmente avançar. Os políticos precisam agora se preocupar não só em produzir um sistema mais eficiente, promotor do emprego e da produtividade, mas também melhorar a justiça social, esse tópico cada vez mais esquecido.

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Rosângela Bittar volta a escrever em agosto

E-mail: fabio.graner@valor.com.br



Arrecadação do governo federal em junho é a maior para o mês desde 2014

O valor arrecadado com impostos e contribuições chegou a R\$ 119,9 bilhões; chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal admite que total para o fim do ano será menor que o estimado

Lorena Rodrigues e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

23 de julho de 2019 | 13h47

BRÁSÍLIA - A arrecadação de **impostos** e **contribuições federais** somou R\$ 119,946 bilhões em junho, com aumento real (já descontada a inflação) de 4,68% na comparação com o mesmo mês de 2018. Em relação a maio deste ano, a alta foi de 5,88%.

LEIA TAMBÉM [>FMI reduz projeção de crescimento do PIB do Brasil para 0,8%](#)

O valor arrecadado foi o melhor desempenho para meses de junho desde 2014 e ficou dentro do intervalo de expectativas de 22 instituições ouvidas pelo **Projeções Broadcast**, que ia de R\$ 113,9 bilhões a R\$ 125,155 bilhões.

Entre janeiro e junho deste ano, a arrecadação federal somou R\$ 757,595 bilhões, também o melhor desempenho para o período desde 2014. O montante ainda representa avanço de 1,80% na comparação com igual período do ano passado.

Em maio de 2019 defasagem da tabela do IR era de quase 100%, segundo o Sindifisco. Foto: Marcello Casal Jur/Agência Brasil

Sob efeito da greve dos caminhoneiros

O aumento de 4,68% na arrecadação em junho na comparação com o mesmo mês do ano passado foi influenciado pela base de comparação deprimida pela [greve dos caminhoneiros](#), em maio de 2018.

“No mês de junho de 2018 foram contabilizados todos os efeitos da greve dos **caminhoneiros**, então a base de comparação estava muito baixa”, explicou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, **Claudemir Malaquias**.

Segundo a **Receita Federal**, apenas a arrecadação do **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)** teve alta real de 23,97% nessa base de comparação - o mesmo percentual foi registrado na arrecadação do **Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ)** e da **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**.

Nirley de Freitas prepara o chimarrão no meio da viagem. Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Malaquias destacou ainda que houve um recolhimento atípico de R\$ 700 milhões na arrecadação previdenciária em junho. “Ocorreu um depósito de R\$ 700 milhões em junho decorrente de um processo judicial. Não estão previstos novos depósitos desse tipo até o fim do ano”, completou.

Ele admitiu, no entanto, que a arrecadação de tributos federais até o fim do ano será inferior ao inicialmente estimado pelo governo. “A arrecadação virá mais baixa do que o inicialmente projetado para o segundo semestre”, afirmou. “A trajetória da arrecadação tende no longo prazo a ter uma aderência quase perfeita com a evolução dos indicadores macroeconômicos”, completou, em referência à redução das estimativas para o crescimento do **Produto Interno Bruto (PIB)** em 2019.

Segundo o coordenador de previsão e análise do **Fisco**, Marcelo Gomide, a projeção da Receita é de um crescimento real entre 1% e 1,5% das receitas administradas em 2019.

No primeiro semestre do ano, o crescimento real dessas receitas foi de 1,17%.

Desonerações

As desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal de R\$ 47,286 bilhões no primeiro semestre deste ano, valor maior do que em igual período do ano passado, quando ficou em R\$ 40,400 bilhões. Apenas no mês de junho, as desonerações totalizaram R\$ 8,016 bilhões, também acima do registrado em junho do ano passado (R\$ 6,983 bilhões).

Só a desoneração da folha de pagamentos custou aos cofres federais R\$ 866 milhões em junho e R\$ 3,642 bilhões no acumulado do ano. O Congresso aprovou em agosto de

2018 a reoneração da folha de 39 setores da economia, como contrapartida exigida pelo governo para dar o desconto tributário no diesel prometido aos caminhoneiros que estavam em greve. Pela lei aprovada, outros 17 setores manterão o benefício até 2020.

O secretário especial da Receita Federal, **Marcos Cintra**, já anunciou que pretende reativar a desoneração da folha de salários, mas dessa vez de forma linear para toda a economia. Ele não explicou ainda, porém, como o governo irá compensar a perda de arrecadação com a medida.

24/07/2019 - 05:00

Arrecadação tem melhor junho em cinco anos

Por Ana Krüger

A arrecadação federal para o mês de junho veio acima das previsões do mercado e chegou a R\$ 119,95 bilhões, alta real de 4,68% ante igual mês de 2018. É o melhor resultado em cinco anos. A Secretaria de Política Econômica (SPE) cita que o desempenho ficou 2% acima da mediana de estimativas captadas pela pesquisa Prisma Fiscal, de R\$ 117,6 bilhões.

O resultado do semestre também é o melhor desde 2014. No acumulado do ano, a arrecadação somou R\$ 757,6 bilhões, alta de 1,8% na comparação com o mesmo período do ano passado. Considerando somente o valor arrecadado com tributação, nas receitas administradas pela Receita, houve alta real de 4,43%, na comparação com um ano atrás, e chegou a R\$ 116,7 bilhões. Já a receita própria de outros órgãos federais (em que estão os dados de royalties de petróleo, por exemplo) foi de R\$ 3,2 bilhões no mês passado, aumento real de 14,3% na comparação com o mesmo mês de 2018.

A Receita destaca que a comparação da arrecadação de junho deste ano com o mesmo mês do ano passado deve considerar os efeitos da paralisação dos caminhoneiros de maio do ano passado. "Houve redução da atividade econômica motivada pela greve", lembra o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias. "É um desempenho considerado positivo, bem acima da variação do produto", observou Malaquias. A arrecadação acompanhou altas dos principais indicadores macroeconômicos que também incorporaram os efeitos da paralisação.

Na comparação de junho deste ano com o mesmo mês do ano passado, a produção industrial aumentou 11,25%. Com isso, a arrecadação do IPI aumentou 19,83% em termos reais. Já a arrecadação da Cide combustíveis caiu 40,19%, por causa da desoneração feita no ano passado.

Outro destaque da Receita é a arrecadação com royalties e participação especial no acumulado deste ano, com alta real de 21,66% na comparação com o mesmo período do ano passado. O valor foi de R\$ 3,96 bilhões no primeiro semestre de 2018 para R\$ 4,81 bilhões no acumulado deste ano. A alta é explicada principalmente pela taxa de câmbio e pelo aumento do preço do gás natural, explica a SPE.

O subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), Marco Cavalcanti, afirma que as medidas anunciadas ontem para o mercado de gás podem impulsionar a arrecadação ainda neste ano, com reflexos não apenas nos royalties.

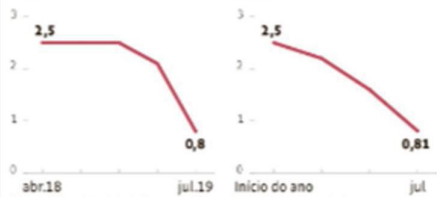
Cavalcanti frisa ainda não ter as estimativas do tamanho do impacto e complementa dizendo que os maiores efeitos possivelmente virão no médio prazo. "Espera-se que a dinamização do mercado de gás gere aumento na arrecadação de todos os tributos que incidem sobre o combustível", diz Cavalcanti.

FOLHA DE S.PAULO

FMI derruba projeção de crescimento da economia em 2019

Previsão do FMI para o crescimento brasileiro deste ano

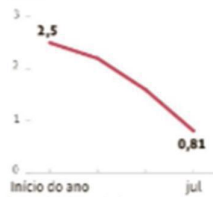
Em %



Faítes: FMI, Ministério da Economia, Banco Central, Bradesco e Itaú

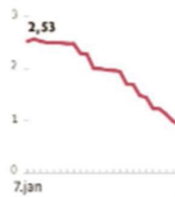
Expectativa do governo para o crescimento econômico brasileiro em 2019

Em %



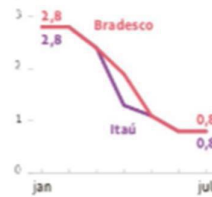
Projeção do mercado para o PIB brasileiro em 2019

Em %



Bancos também vêm derrubando a projeção

Em %



FMI reduz para 0,8% projeção de alta do PIB

SANTIAGO | REUTERS O FMI (Fundo Monetário Internacional) realizou nesta terça-feira (23) um forte corte nas estimativas de crescimento econômico da América Latina, motivada por uma desaceleração mais profunda no Brasil e no México, exacerbada por disputas comerciais globais e por uma deterioração na confiança de investidores e analistas.

No Brasil, a instituição revisou a projeção de crescimento em 2019 de 2,1% para 0,8%. Para 2020, a estimativa foi cortada de 2,5% para 2,4%.

No fim do mês passado, o Banco Central reduziu sua

projeção de crescimento para o Brasil neste ano de 2,0% para 0,8%. Neste mês, o Ministério da Economia anunciou um corte pela metade na projeção de alta do PIB de 2019, de 1,6% para 0,81%. A expectativa das instituições consultadas na pesquisa Focus do Banco Central é de 0,82%.

Em seu relatório Perspectiva Econômica Global, o FMI disse que espera agora que a América Latina registre expansão de 0,6% neste ano, ante 1,4% na estimativa anterior, feita em abril.

Para 2020, a previsão foi ajustada de 2,4% para 2,3%.

"Na América Latina, a atividade desacelerou significativamente no início do ano em várias economias, principalmente devido a fatores regionais", disse o Fundo, que pediu aos governos que regulem os gastos e o endividamento.

As disputas tarifárias e os embates por acordos comerciais, ao lado do aumento da dívida e da dificuldade de levar adiante as grandes reformas macroeconômicas, prejudicaram as perspectivas do Brasil e do México, as principais economias latino-americanas, disse o FMI.

"A redução considerável para 2019 reflete 'downgrades' para o Brasil e para o México", afirma o FMI.

O Brasil é também citado no documento com outros países cujos bancos centrais adotaram uma posição mais "dovish" em relação à política monetária ou mais cautelosa em relação às perspectivas de crescimento, em linha com os bancos centrais da Europa e dos EUA.

Na semana que vem, o BC do

Brasil e o Fed (Federal Reserve, o banco central do EUA) decidirão se há espaço para corte de juros neste momento.

O Fundo também apontou para uma desaceleração do PIB no México, que atualmente espera finalizar um novo acordo comercial com os Estados Unidos e o Canadá. A segunda maior economia regional crescerá 0,9% neste ano e 1,9% no ano que vem, com uma redução de 0,7 ponto percentual na estimativa de 2019.

A América Latina tem vivido uma desaceleração econômica nos últimos anos e em 2018 cresceu apenas 1%, segundo o FMI, prejudicada por fatores geopolíticos, declínio nos investimentos, dados mais moderados na China e, mais recentemente, por um cenário comercial mais tenso.

O Fundo reduziu suas projeções de crescimento global para este ano e para o próximo ano em 0,1 ponto percentual, para 3,2% e 3,5%, respectivamente, com riscos de queda em grande parte das estimativas.



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES



AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a Deliberação nº 748 de 16 de julho de 2019 e considerando o disposto na Resolução nº 5.624, de 21 de dezembro de 2017, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2017, comunica que realizará Audiência Pública, convocada aos interessados, com o objetivo de tomar público, colher sugestões e contribuições às normas do Edital e Contrato, do Programa de Expansão da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão da rodovia RR-202/581/MG/UFV, no trecho de extensão RR-301/MG, anteriormente RR-202/

RECUO

FMI faz maior corte na projeção para PIB do País

RICARDO LEOPOLDO

Estadão Conteúdo, Nova York

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a projeção de crescimento do Brasil para este ano de 2,1%, anunciada em abril, para 0,8%. Foi o maior corte na previsão entre todos os países analisados pelo fundo na atualização de julho do relatório Perspectiva Econômica Mundial, lançado ontem. A previsão de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2020 também foi reduzida de 2,5% para 2,4%.

A diretora do departamento de pesquisas do FMI, Gita Gopinath, afirmou que a "significativa revisão para o PIB do Brasil neste ano" ocorre devido ao fraco desempenho do nível de atividade no primeiro semestre, o que foi influenciado por "incertezas com a reforma da Previdência Social".

O FMI citou ainda no relatório a piora da confiança de empresários e famílias no desempenho da economia brasileira no curto prazo.

No breve relatório divulgado pelo fundo, que trata somente de projeções para o PIB, é destacado que a América Latina registrou fraca atividade no começo do ano, por causa de fatores domésticos em vários países, o que levou à redução da previsão de crescimento do PIB de 1,4% para 0,60% na região neste ano. Para 2020, a previsão para a América Latina recuou de 2,4% para 2,3%.

Em relação ao México, o FMI reduziu a projeção de retração do PIB de 1,6% para 0,9% em 2019. O relatório ressalta que os investimentos continuam fracos e que houve redução do ritmo das compras de consumidores, devido às incertezas com políticas do governo.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

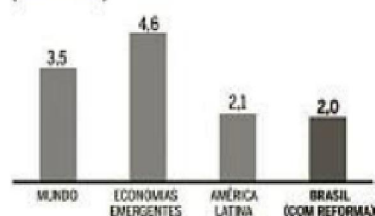
A Câmara aprovou a reforma da Previdência, o risco-país despencou e já há quem aposte que a Selic fechará o ano abaixo de 5%. Mesmo assim, a média de crescimento do PIB no governo Jair Bolsonaro deve ser uma das mais baixas do mundo, segundo levantamento inédito feito pelo economista Marcel Balassiano, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele analisou 60 projeções de mercado para o período de 2019 a 2022 e mesmo com a aprovação da Previdência o país teria crescimento médio de apenas 2% ao ano. Nesse cenário, o Brasil ficará atrás da América Latina (2,1%), do mundo (3,5%), e muito atrás dos emergentes (4,6%). De uma amostra de 193 países, o Brasil ficaria em 150º lugar no ranking do PIB. A reforma da Previdência evita o pior cenário, mas ela sozinha não é capaz de acelerar o ritmo. "Para diminuir essa diferença para os outros países é preciso melhorar o ambiente de negócios, aumentar os investimentos, a produtividade, entre outras reformas", explicou Balassiano. Ontem, o FMI cortou as projeções do país para este ano e o próximo.

GÁS NO FIM DO TÚNEL

O governo criou um comitê para

MÉDIA DO CRESCIMENTO DO PIB*

(2019-2022)



Fonte: FMI e IBRE/FGV

*Projeção

PIB fica para trás

fiscalizar a abertura do setor de gás e a quebra do monopólio da Petrobras. Entre especialistas, o clima é de otimismo, embora ninguém se arrisque a dizer com precisão quando os preços começarão a cair e em que magnitude. De início, o ministro Paulo Guedes falou em um choque de energia barata em 60 dias. Depois, prometeu preços à metade em dois anos. Ontem, falou em redução de 40% no mesmo período. No mercado, há quem aposte que o processo pode levar de seis a oito anos, por causa dos investimentos em infraestrutura que terão

que ser feitos e para que não haja quebra de contratos. A certeza é que os ganhos não serão de curto prazo.

MIGRAÇÃO À VISTA

A prévia da inflação de julho veio baixa, em 0,09%, pelo IPCA-15. Os especialistas estão apostando em um corte dos juros já na reunião do Copom da semana que vem. O Bank Of America projeta uma queda de 0,5 ponto, para 6%, mas a maior parte do mercado prevê redução de 0,25 ponto. É o caso de Artur Ignarra, da gestora EnterCapital. Ele chama a atenção para o efeito disso na bolsa, que fica mais atraente para o investidor. Historicamente, cada ponto percentual a menos nos juros significa sete mil pontos a mais no Ibovespa. O BofA prevê a Selic em 4,75% ao fim deste ano.

DESTAQUE DA BOLSA

As empresas que prestam serviços de energia, transporte e água são destaque na bolsa este ano. O Índice de Utilidade Pública (Util), que reúne ações desses ramos, disparou mais de 30%, deixando para trás os setores imobiliário, de consumo e financeiro. O economista Felipe Viana, sócio da Valor Investimento, ex-

plica que esse papéis subiram na contramão da queda das projeções do PIB. "São empresas que têm receitas mais constantes e que não dependem tanto dos ciclos de crescimento. Quando o mercado entendeu que a economia não iria mais crescer 3%, esses papéis se valorizaram. A aprovação da Previdência também ajudou, porque vai permitir novos cortes da Selic", disse.

FALA QUE EU TE ESCUTO

A Boa Vista ouviu cerca de mil empresários da indústria, do comércio e dos serviços no segundo trimestre e divulga hoje a pesquisa. Vários índices apontam para uma piora na percepção da economia. A intenção de investimentos na indústria teve forte queda, e diminuíram as projeções de faturamento nos três setores no ano. O medo da inadimplência subiu de 12% para 28% na indústria, tendência também vista no comércio e nos serviços. Pelo lado positivo, o varejo ficou mais otimista em relação à queda do endividamento e elevou a propensão à tomada de crédito para investir.

ENTRO EM FÉRIAS POR TRÊS SEMANAS. ESTE ESPAÇO SERÁ OCUPADO POR UMA COLUNA DE NOTAS ESCRITA POR ALVARO GRIBEL E MARCELO LOUREIRO.

Estudo da FGV mostra crescimento médio de apenas 2% ao ano

FOLHA DE S.PAULO

Vamos esquecer nome CPMF e fazer o E-tax, marca mais simpática

Empresário diz que IVA é proposta dos anos 1980 de acadêmico que nunca encostou a barriga no balcão

ENTREVISTA FLÁVIO ROCHA

Joana Cunha

SÃO PAULO O empresário Flávio Rocha, da Riachuelo, defende uma proposta de reforma tributária com um imposto único sobre movimentação financeira, que vem sendo atrelado à ideia da CPMF. O antigo "imposto do cheque", como era conhecida a CPMF, ficou estigmatizado e precisará mudar de nome, para E-tax, segundo Rocha. Mas é um modelo que elimina distorções e combate a informalidade porque atinge todas as transações, mesmo as irregulares, avalia o empresário. É o "imposto do futuro", segundo ele.

Como o sr. vê esse surgimento de tantas propostas de reforma tributária? Há dois caminhos. Um é o imposto da economia uberizada, da economia não linear. O outro é o IVA, que é um imposto dos anos 1980, quando a economia era linear.

O IVA pressupõe um imposto declaratório de alta complexidade em que o governo precisa rastrear milhares de deslocamentos físicos da mercadoria, entre a confecção e a loja. O caminho de algodão vai para a fiação e depois vem a tecelagem, depois o caminho de tecido vai para a confecção e sai um outro que vai para a loja. Mas hoje a economia é uberizada. Há uma demanda estratificada e uma oferta estratificada, com a tecnologia fazendo milhões de conexões.

Por exemplo? Você vai ao Mercado Livre. Entrei aqui, tinha Rolex de R\$ 150. Está crescendo violentamente o roubo de carga, porque hoje você tem escoamento fácil para todo tipo de mercadoria. Essa operação é imune a IVA porque não identifica o fluxo de mercadoria. Mas poderia ser tributado na transação porque tudo acontece no sistema bancário.

O modelo de vocês vai atingir as transações feitas entre familiares? O filho que pede R\$ 500 para o pai? Sim. O que estamos propondo funcionou magistralmente, apesar do estigma que se criou. E durante 12 anos foi imposto com o menor impacto e menor distorção na economia. Vamos deixar de lado esse nome que está estigmatizado, que é CPMF. Seria o E-tax, que é uma marca mais mo-



Marcus Leonzi - 26.jun.19/Folhapress

Flávio Rocha, 61

Deputado federal (1986-1994) e candidato à Presidência pelo PL em 1994, presidiu a Riachuelo de 2003 a 2018; é presidente do conselho da Guararapes (acionista controlador da Riachuelo) e integrante do grupo de empresários Brasil 200

derminha, mais simpática. Em 12 anos, é o único imposto que não tem contencioso.

E a adoção da base mais universal que existe, que é a soma de todos os débitos e créditos eletrônicos. Você deixa de falar de base de R\$ 10 bilhões a R\$ 30 bilhões e passa a falar de base de trilhões. Por isso você deixa de falar de alíquotas de 17%, 18%, horripilantes 25%, como Bernard Appy está falando, e diz que vai ser até mais. É uma coisa devastadora. Isso vai ser um desastre. Isso vai ter um efeito na volta da informalidade.

Mas também falam isso do modelo de vocês. Mas eu estou falando de um imposto de zero virgula alguma coisa. Ele [Appy] está falando de imposto de 25%. É uma proposta de um acadêmico que nunca encostou a barriga no balcão de mercado. Fiquei assistido de perto e a ingenuidade da proposta. Não tem a menor possibilidade de ser colocada em prática.

O de vocês também seria pesado por ter o 2,8% em cada ponta? Não é isso. Eu fui o

autor da emenda do imposto único em 1993, quando o Marcos Cintra [hoje secretário da Receita Federal] era professor na FGV. Eu era um jovem deputado e transformei em uma emenda constitucional. Lá nasceu o nome de imposto único. E era 1%. Ele já foi testado a 0,38%, com uma performance fantástica e sem nenhuma distorção. É o imposto do futuro. O governo gasta para cobrar os coitados dos contribuintes. Gasta para arrecadar. É uma loucura. A ideia é começar gradualmente. O Paulo Guedes falou em 0,6%.

Vocês dizem que seu modelo inibe a sonegação, mas ele também não pode levar para a informalidade das transações? Um imposto de 17%, como o ICMS, tem um senhor estímulo para migrar para a informalidade. Mas esse imposto aqui é insonegável. Eu não sei até qual alíquota. Vamos ter que testar. Mas garanto que em até 1%, com certeza, ele é insonegável porque qualquer alternativa para se evadir do pagamento custa mais de 1%.

Se você hoje paga 3% ou 4% pela conveniência de usar o cartão de crédito no sistema bancário moderno, sem ter que andar com malas de dinheiro, porque é que você vai passar a andar com malas de dinheiro para economizar o 1% do imposto?

O grupo Brasil 200 quer fazer manifestação em defesa da reforma tributária, como foi com a Previdência. Já foi um fenômeno ver as pessoas na rua pedindo a reforma da Previdência. Vamos ver pessoas na rua pedindo CPMF? E-tax. CPMF eu não acredito não. Mas pelo E-tax eu acho que vai.

+ Qual a proposta de imposto único

Unificação de quase todos os tributos federais e a criação de um imposto único sobre movimentações financeiras, nos moldes da antiga CPMF; a cobrança, no entanto, é feita duas vezes, por quem envia o dinheiro e por quem recebe, no saque e no depósito em espécie, o imposto é dobrado; as alíquotas citadas variam de 1,6% a 2,8%, de acordo com o número de tributos extintos

Tributar transação financeira seria um desastre para o país

CPMF funcionou apenas porque juros e alíquotas eram baixos, afirma autor de proposta que cria o IVA

ENTREVISTA BERNARD APPY

SÃO PAULO O economista Bernard Appy, diretor do CGF (Centro de Cidadania Fiscal) e idealizador da proposta de reforma tributária encampada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), vê no imposto sobre transação financeira defendido por Flávio Rocha uma ameaça de distorção e insegurança para a arrecadação. "A CPMF funcionou relativamente bem porque tinha alíquota baixa e os juros eram muito altos. Se você tem alíquota alta e juros baixos, e os juros hoje estão muito mais baixos do que eram na época da CPMF, o estímulo à desintermediação financeira é muito forte." Joana Cunha

A principal crítica feita pelos líderes da outra proposta de reforma tributária, do grupo Brasil 200, é a de que o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) é um imposto do passado e eleva a informalidade. Como o sr. vê esses comentários? Há vários países que têm IVAs bastante simples, com regras uniformes e que conseguem arrecadar muito bem sem nenhum grande problema de informalidade na ponta.

A experiência internacional mostra que, mesmo em países em desenvolvimento, com o modelo de IVA simples, você consegue tratar bem a informalidade. Essa discussão de que o IVA é um imposto velho não é verdade. Nenhum país relevante no mundo está pensando em abandonar o IVA. O grosso da discussão sobre tributação da nova economia tem a ver com Imposto de Renda, e não com IVA. A tributação do consumo

tem algumas questões específicas, como importação de intangíveis pela internet, quando você tem dificuldade de em que o fornecedor do intangível se registre como contribuinte no país. Mas é uma questão muito pontual. E o outro ponto é que um imposto sobre transações financeiras de alíquota elevada, como tem sido sugerido pelo Brasil 200, é desastroso do ponto de vista da economia.

Por quê? O impacto que o imposto tem sobre a economia cresce exponencialmente com a alíquota do imposto, ou seja, um imposto sobre transações financeiras com alíquota baixa é distorcivo, mas talvez o impacto não seja tão relevante. Já o sobre transações financeiras com alíquotas altas é muito distorcivo.

O Brasil 200 diz que o 0,6% que o ministro Paulo Guedes mencionou é satisfatório e ter certeza de que até 1% não distorce. O Brasil 200 tem um texto publicado pedindo um imposto de transações financeiras com alíquota de 5,6%. Seriam 2,8% em cada ponta.



Reinaldo Canato - 10.abr.19/Folhapress

Bernard Appy, 57

Diretor-executivo do CGF (Centro de Cidadania Fiscal) desde 2015, foi secretário-executivo e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e presidente do conselho de administração do Banco do Brasil (2003 a 2009)

tem algumas questões específicas, como importação de intangíveis pela internet, quando você tem dificuldade de em que o fornecedor do intangível se registre como contribuinte no país. Mas é uma questão muito pontual. E o outro ponto é que um imposto sobre transações financeiras de alíquota elevada, como tem sido sugerido pelo Brasil 200, é desastroso do ponto de vista da economia.

Por quê? O impacto que o imposto tem sobre a economia cresce exponencialmente com a alíquota do imposto, ou seja, um imposto sobre transações financeiras com alíquota baixa é distorcivo, mas talvez o impacto não seja tão relevante. Já o sobre transações financeiras com alíquotas altas é muito distorcivo.

O Brasil 200 diz que o 0,6% que o ministro Paulo Guedes mencionou é satisfatório e ter certeza de que até 1% não distorce. O Brasil 200 tem um texto publicado pedindo um imposto de transações financeiras com alíquota de 5,6%. Seriam 2,8% em cada ponta.

O Brasil 200 diz que o 0,6% que o ministro Paulo Guedes mencionou é satisfatório e ter certeza de que até 1% não distorce. O Brasil 200 tem um texto publicado pedindo um imposto de transações financeiras com alíquota de 5,6%. Seriam 2,8% em cada ponta.

Eles falam que seria gradual. Se falar que é gradual, precisa colocar no papel. Mesmo que seja gradual, se a alíquota do imposto for alta, ela é muito distorciva.

A economia vai se organizar para otimizar as transações financeiras, que é uma coisa simples de fazer. Por eficiência você acaba fazendo mais transações financeiras do que precisaria para economizar tempo, por exemplo, para se organizar de uma forma eficiente. Se tiver uma alíquota mais elevada, com certeza isso vai mudar.

Por que seria ruim a volta de uma CPMF? No Brasil, a CPMF funcionou relativamente bem porque tinha alíquota baixa e os juros eram muito altos. Se você tem alíquota alta e juros baixos, e os juros hoje estão muito mais baixos do que eram na época em que a CPMF vigorava, o estímulo à desintermediação financeira é muito forte.

E, em vários países que criaram impostos sobre transações financeiras, vê-se claramente a receita caindo ao longo do tempo. Isso certamente aconteceria no Brasil se houvesse alíquota alta em um cenário de juros baixos. Ou seja, você joga uma insegurança para as finanças públicas enorme em cima de um tributo cuja receita pode flutuar enormemente em função da forma como a economia se organiza. Isso não acontece com o IVA. É a economia vai se organizar para pagar menos.

O imposto do Brasil 200 é insonegável, por ser todo feito dentro do sistema bancário? Não é verdade. Se você encontrar algum traficante de drogas que opera dentro do sistema bancário, vai se surpreender.

O tributo que você pega dentro do sistema bancário incide sobre operações não econômicas dos agentes que já estão na economia formal, como alguém que compra um carro usado, um imóvel. Segundo ponto: quem paga o imposto são as operações não econômicas dos agentes que estão na economia formal. Você transfere dinheiro para um parente seu. Vai pagar imposto. Essas operações são que vão acabar sendo tributadas. Fora os efeitos econômicos, que são as críticas normais ao imposto cumulativo.

A incidência cumulativa aumenta custos de investimento, reduz a competitividade da produção nacional.

Imposto do cheque chegou a responder por 10% da arrecadação

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO No dia 13 de dezembro de 2007, senadores da oposição e da base aliada ao então presidente Lula colocaram fim à cobrança da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que vigorou no Brasil por 11 anos.

Após mais de uma década, a ideia de um tributo nesses moldes ressurgiu, apoiada novamente na ideia do agora secretário da Receita, Marcos Cintra, sobre o imposto único.

A primeira versão do tributo surgiu no Brasil em 1994, o IPMF (Imposto Provisório so-

bre Movimentação Financeira), que teve curta duração.

Em 1996, ele foi recriado como contribuição provisória. Deveria durar 13 meses, mas foi renovado sucessivamente nos governos FHC e Lula.

A CPMF chegou a responder por quase 10% da arrecadação administrada pela Receita Federal, quase R\$ 40 bilhões em seu último ano.

Sua extinção foi compensada, principalmente, pelo aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

Embora tenha sido criada para financiar a saúde, ela foi ganhando outras funções, co-

mo cobrir despesas com a Previdência Social e sustentar o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Entre os argumentos a favor desse tipo de tributo estão o custo de fiscalização praticamente nulo, o grande número de pessoas tributadas e a dificuldade de sonegação.

"Esse tipo de tributo é muito bom para o governo. É dos mais difíceis para que haja sonegação fiscal. O banco faz o débito na conta e transfere para a conta do governo. É muito simples", diz João Eloi Olenike, presidente-executivo do IBPT (Instituto Brasileiro

de Planejamento Tributário).

Por outro lado, é um tributo que atinge pessoas e empresas na mesma proporção, o que gera críticas sobre a progressividade, além de incentivar a desintermediação financeira e ser cumulativo: quase 10% da arrecadação se dava por causa da tributação do pagamento de outros tributos.

O presidente do IBPT afirma que a progressividade ou regressividade de um imposto sobre movimentação financeira depende das exceções que certamente serão criadas.

Na CPMF, havia isenção para saques de aposentadorias,

seguro-desemprego e salários, além de aplicações na Bolsa e transferências entre contas de mesma titularidade.

Olenike diz que será necessárias criar exceções também para setores que movimentam recursos de terceiros, como consórcios e fundos de investimentos. Afirma ainda que esse não deve ser visto como um imposto único, algo que seria inédito em uma economia do porte da brasileira.

"Se tivermos uma tributação desse tipo, que não tem obrigações acessórias, e utilizá-la para extinguir impostos que incidem sobre consumo,

seria uma boa pedida. O que não pode é criar mais um imposto que acaba incidindo sobre o consumo", afirma.

O presidente do IBPT diz que uma proposta alternativa é usar o imposto sobre movimentação financeira como um complemento do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), previsto na PEC da reforma tributária que tramita na Câmara, para substituir outros tributos sobre bens e serviços.

"Para quem paga, se vier como mais um imposto, é péssimo. Poderia ser dentro de uma reforma que faça com que outros tributos sejam extintos."

24/07/2019 - 05:00

Especialistas criticam 'nova' CPMF

Por Anais Fernandes e Hugo Passarelli

De volta ao debate público após o avanço da reforma da Previdência na Câmara, a mudança no sistema tributário brasileiro ainda tem pouco consenso entre especialistas. Um deles é a forte crítica à criação de um imposto sobre movimentações financeiras nos moldes da extinta CPMF, tido como ineficiente e já abandonado por alguns países que chegaram a adotá-lo.

"Diversos estudos mostram que a CPMF aumenta as transações com moeda, reduz a oferta de crédito e gera menor crescimento da indústria", afirmou ontem o economista Marcos Lisboa, presidente do Insper, em debate do **Valor** e do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO).



Para Maciel, o modelo do IVA olha o passado e ignora a digitalização da economia

O governo estuda adotar uma contribuição sobre pagamentos (CP) para substituir a contribuição previdenciária das empresas, de 20% sobre a folha de salários.

Para o presidente do ETCO, Edson Vismona, a medida pode inviabilizar a operação de empresas com menos empregados. Com quadros mais enxutos, a desoneração na folha teria impacto limitado e não compensaria a CP.

Roberto Quiroga, professor de direito tributário da USP e da FGV Direito-SP, pondera que, para empresas, trocar certos impostos por uma espécie de CPMF pode ser bom. "Como opção, em muitos casos, é mais benéfico."

Há mais divergências sobre qual sistema deve substituir o atual. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, protocolado pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), prevê a criação de um imposto sobre o valor agregado, que unificaria três tributos federais (IPI, PIS e Cofins), o ICMS (estadual) e o ISS (municipal). A ideia é de Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

Vista por Lisboa como melhor opção do que a recriação de uma CPMF, o plano é criticado por Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal. Em sua avaliação, o modelo do IVA olha o passado e ignora a digitalização da economia. "Trata-se de imposto obsoleto, criado em 1949, absolutamente incapaz de lidar com o mundo digital, que está pensando no pós-tributação."

Além disso, Maciel aponta que, do modo como está, a proposta de reforma vai elevar a carga tributária para muitos setores e reduzir a de poucos. "Como a carga tributária deve ficar constante, quem vai pagar essa conta são os 850 mil contribuintes que estão no lucro presumido."

Nessa lista, entram pequenos prestadores de serviços e comerciantes e setores de construção, radiodifusão e agrícola, enumerou Maciel. Há ainda incertezas sobre segmentos, submetidos ao PIS/Cofins, como fármacos, combustíveis, bebidas e tabaco. O efeito direto, ele diz, seria aumentar a sonegação, principalmente em serviços corriqueiros, como consultas médicas.

Segundo Lisboa, do Insper, o atual sistema tributário é uma das causas do baixo crescimento do Brasil. "A maneira como você faz a regra tributária determina se o país vai crescer ou não", disse. Se há duas décadas o mundo cresce mais do que o Brasil, algo está errado aqui, destaca.

De acordo com o economista, o debate sobre mudanças nos impostos deve ser pautado por alguns princípios. Uma vertente deles é evitar erros do passado, sobretudo os da gestão de Dilma Rousseff na concessão de benefícios fiscais. "Tudo o que você faz via incentivo tributário, é melhor fazer via gasto público."

Nessa concepção, todos os setores teriam o mesmo patamar de tributação e eventuais incentivos seriam discutidos no Legislativo, garantindo mais transparência. Isso, pontua o economista, não impediria que cada Estado adotasse uma política industrial, por meio do gasto público direto.

Outro pressuposto deveria ser a criação de uma regra o mais abrangente possível, com poucas exceções. Segundo Lisboa, o Brasil é especialmente disfuncional no detalhamento das regras tributárias, o que leva a um enorme volume de disputas judiciais.

Para o economista, o ideal seria adotar microrreformas desde já nessa seara, principalmente nas chamadas instruções normativas, que mudam com frequência detalhes do sistema tributário. "O secretário de Fazenda tem caneta para fazer isso."

O alto volume de disputas judiciais envolvendo impostos também preocupa o procurador-geral-adjunto da Fazenda Nacional, Phelippe Toledo Pires de Oliveira. "Precisamos pensar a reformulação da execução fiscal, hoje fadada ao insucesso, o que incentiva o mau pagador."

Só no Carf, a última instância administrativa, há hoje 150 mil processos, segundo Oliveira. Se nenhum mais processo fosse aberto, o tribunal levaria dez anos para julgar todas as demandas.

Na visão de Oliveira, a reforma tributária ideal deve respeitar o pacto federativo, promover simplificação tributária e respeitar os direitos dos contribuintes.

Para Quiroga, a criação de um comitê gestor para gerenciar os recursos arrecadados através do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), como prevê a PEC nº 45, "ofende o princípio federativo". "Vejo com muita dificuldade essa discussão."

FOLHA DE S.PAULO

FGTS terá saque anual de contas ativas e inativas 'para sempre', diz Guedes

Gov. deve anunciar hoje regras para retiradas; porta-voz confirma limite de R\$ 500 neste ano

Fábio Pupo e Talita Fernandes

BRASÍLIA O governo decidiu que a medida de flexibilização de saques do FGTS vai dar ao trabalhador a possibilidade de sacar recursos anualmente, e não apenas uma vez. Além disso, serão contempladas tanto contas ativas como inativas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a iniciativa vai movimentar cerca de R\$ 30 bilhões neste ano. Até o ano que vem, os recursos chegarão a R\$ 42 bilhões.

"Eu tinha falado que ia ser em torno de R\$ 42 bilhões. Vai ser isso mesmo. Deve ser uns R\$ 30 bilhões neste ano, uns R\$ 12 bilhões no ano que vem. Só que vocês vão ver que vai ter novidade. Há coisas mais interessantes", disse o ministro.

Segundo Guedes, a medida de permissão será recorrente ao longo do governo.

"O governo passado soltou só inativos. Nós vamos soltar [contas] ativas e inativas. Eles soltaram uma vez só. Nós vamos soltar para sempre. Todo ano vai ter", afirmou após a cerimônia de lançamento do novo mercado de gás, no Palácio do Planalto.

De acordo com a pasta, o fracionamento dos valores atende a pedidos da Caixa. O banco vê dificuldades operacionais em liberar tantos recursos em poucos meses.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse à Folha na semana passada que uma liberação de saques demandaria ajustes operacionais por parte do banco e as retiradas poderiam se estender por meses e até um ano. A liberação poderia ficar pronta em cerca de um mês.

O governo sofreu ainda pressões do setor de construção civil. Como o FGTS financia o programa Minha Casa Minha Vida, empresários manifestaram ao Palácio do Planalto receios sobre um eventual corte.

Após reuniões de representantes do setor com o presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Casa Civil, Onyx Loren-



Paulo Guedes (Economia), o presidente Jair Bolsonaro e Bento Albuquerque (Minas e Energia), no Planalto. Pedro Ladeira/Folhapress

zoni, afirmou que o financiamento à habitação popular não será prejudicado.

O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, disse que o governo federal deve limitar em cerca de R\$ 500 o saque neste ano.

A medida deve ser liberada por conta. Se um trabalhador tiver diferentes contas, poderá sacar mais do que esse valor.

Rêgo Barros confirmou também que, neste momento, o governo não vai propor a redução da multa de 40% do saldo pago a trabalhadores demitidos sem justa causa. No fim de semana, Bolsonaro criticou o percentual.

Para mudar a multa, seria necessário aprovar uma lei complementar que regulamentasse o tema com o voto da maioria absoluta dos parlamentares na Câmara e no Senado.

A decisão por saques anuais no FGTS ficou alinhada à preferência do Ministério da Economia, que buscava uma mudança permanente (e não pontual) no FGTS.

O objetivo da cúpula da pasta era se distanciar de críticas de que a medida poderia proporcionar apenas um voo de galinha no crescimento do país (ou seja, um crescimento artificial e pontual).

O saque tanto de contas ativas como inativas deverá sempre ocorrer no aniversário do trabalhador.

As mudanças também deve fazer o trabalhador ser obrigado a tomar uma decisão. Caso comece a fazer os saques anuais, perderia direito a retirar os recursos de uma vez quando fosse demitido.

Internamente, a equipe econômica reconhece que a lentidão na retomada da economia e a crise fiscal que reduziu investimentos públicos foram os fatores responsáveis por motivar o governo a estudar as liberações.

A estimativa oficial de crescimento de 2019 caiu de 2,5% para 0,81%. O objetivo é principalmente estimular o consumo das famílias.

O secretário especial da Fa-

zenda, Waldery Rodrigues, defendeu que a medida teria de ser sustentável.

"Entendemos que boa parte do problema fiscal no qual estamos envolvidos, grande parte desses erros aconteceu por se exagerar do lado da demanda. Buscamos agora medidas que permitam o crescimento do PIB de forma sustentável", afirmou.

Entre as mudanças estudadas para o fundo, está até a de agentes privados comprarem cotas do FGTS para que seja elevada sua rentabilidade. Mas, segundo uma fonte da equipe econômica, essa mudança deve ficar de fora dos anúncios desta quarta (24).

Colaboraram Gustavo Uribe e Adão Witzack

Mudança exige nova lei e regulamentação de conselho curador

Ivan Martínez Vargas

SÃO PAULO A lei que regula o FGTS não permite o saque de conta ativa — referente ao emprego atual do trabalhador. Essa conta recebe depósito mensal equivalente a 8% do salário.

Um mesmo trabalhador pode ter uma conta ativa e uma ou mais inativas, segundo Otávio Pinto e Silva, professor da USP e sócio do escritório Si-queira Castro.

"A mudança que o governo pretende fazer requer mudança na lei 8.036, uma lei ordinária. Hoje, os saques só podem ser liberados para contas inativas, de contratos de trabalho que se encerraram", diz ele.

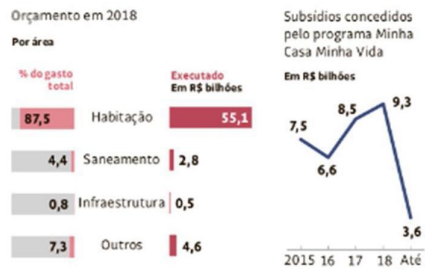
As liberações anuais de saques, afirma Silva, também precisam de previsão legal.

"O mais provável é que o governo envie ao Congresso medida provisória que preveja a possibilidade de liberações provisórias do fundo e deixe a regulamentação para o conselho curador do FGTS", afirma.

Para o advogado Caio Maturica, sócio do TMR Advogados, a liberação de saque periódica precisa ser aprovada em lei.

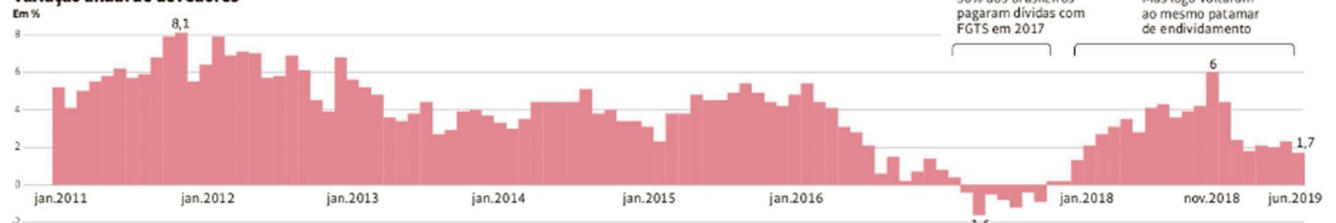
As propostas do governo de ampliar as possibilidades de retirada de recursos do fundo significam "uma mudança de finalidade do FGTS, que deixa de ser uma garantia ao trabalhador em casos de demissão sem justa causa e vira uma espécie de poupança".

Perfil do FGTS*



*Números de 2017, último balanço disponível. Fonte: balanço do FGTS

Variação anual de devedores



Fonte: SPC Brasil

36% dos brasileiros pagaram dívidas com FGTS em 2017

Mas logo voltaram ao mesmo patamar de endividamento

6

1,7

-1,6

Período de saques do FGTS no governo Temer (março a julho de 2017)

Retirada de R\$ 500 cobre só 15% da dívida média do brasileiro

Júlia Moura

SÃO PAULO O limite de R\$ 500 de saque do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que deve ser anunciado oficialmente nesta quarta-feira (24) pelo governo, não chega perto do valor médio da inadimplência do brasileiro.

Segundo dados do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e da CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) de junho, o inadimplente deve, em média, R\$ 3.252,70 —valor próximos dos R\$ 3.000 de limite de saque que chegaram a ser especulados. A maior parte dos atrasos se concentra em contas de água e luz. Até abril deste ano, cerca de

41% da população adulta, 62,6 milhões de brasileiros, estava no vermelho.

Para efeito de comparação, apenas o equivalente à metade dessa população tem carteira assinada. Segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) de maio, 32,1 milhões de brasileiros têm emprego formal.

Como o valor liberado pelo governo para saque do FGTS é apenas 15% da dívida média, a quantia provavelmente será usada para consumo, apontam economistas.

"As pessoas interpretam isso como algo que veio do nada e gastam sem peso na consciência. Mas esse dinheiro não

caiu do céu, é um dinheiro do seu bolso, que no futuro você teria", afirma José Vignoli, educador financeiro do SPC.

A aposta do governo com a medida é estimular o consumo das famílias.

"Essa notícia, que era para ser positiva, acaba sendo negativa, pela frustração quanto ao montante liberado. Não é esse dinheiro que vai mudar a situação financeira das famílias", afirma Thiago Xavier, economista da consultoria Tendências.

"Talvez seja um alívio, a depender das condições de saque, mas talvez nem chegue a ser um voo de galinha."

Em 2017, a liberação do FGTS injetou R\$ 44 bilhões

na economia e adicionou 0,7 ponto percentual ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

"Em 2017, como a maior parte dos saques era de até R\$ 1.500, houve um momento imediato de limpeza, com a diminuição no endividamento da família. Mas foi algo momentâneo, e corre-se o risco de acontecer o mesmo agora", diz Vignoli.

Naquele ano, o número de devedores e de dívidas teve quedas acentuadas nos períodos de saque do FGTS, de março a julho, e nos meses seguintes. A inadimplência voltou a crescer em abril do ano passado.

Segundo o educador finan-

ceiro, mesmo com a quantia de R\$ 500, a primeira opção deve ser quitar dívidas. Não apenas pagar parcelas atrasadas, mas negociar o total devido e tentar saldar de uma vez esta pendência.

Devem ser priorizadas as dívidas com os maiores juros. Caso não seja possível abater as que crescem mais rápido de uma vez com o FGTS, déficits menores, mas que podem ser pagos de uma vez, têm prioridade.

"É muito importante negociar contas em atraso para pagar o mínimo possível, não apenas chegar e pagar", afirma Ricardo Teixeira, coordenador do MBA de gestão financeira da FGV (Fundação

Getúlio Vargas).

Depois, se há algum financiamento, Teixeira recomenda pagar as próximas parcelas com desconto, se ele for vantajoso. Caso o valor da parcela aplicado renda mais do que a dedução obtida, a antecipação não é benéfica.

Caso não haja parcelas em aberto, deve-se considerar um fundo para emergências. Ou seja, aplicar essa quantia em renda fixa que possa ser resgatada a qualquer momento, como poupança, CDB (Certificado de Depósito Bancário) e fundos DI.

Apenas com todas as alternativas acima cobertas, o consumo passa a ser uma opção, dizem os economistas.

24/07/2019 - 05:00

Guedes projeta injeção de R\$ 30 bi com FGTS neste ano

Por Ana Krüger, Carla Araújo, Edna Simão e Fabio Murakawa



O esperado anúncio da liberação dos saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do PIS/Pasep está marcado para hoje à tarde no Palácio do Planalto e, segundo o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, o governo deve mesmo liberar saques em torno de R\$ 500. O porta-voz disse ainda que com a medida o governo "quer dar oportunidade de acesso ao dinheiro que é do trabalhador".

Ontem, após uma cerimônia no Planalto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a expectativa é que sejam injetados na economia R\$ 42 bilhões por meio dos saques de contas ativas e inativas do FGTS. Segundo ele, devem ser liberados R\$ 30 bilhões neste ano e R\$ 12 bilhões no ano que vem. "Eles [governo anterior] soltaram de uma vez só, nós vamos soltar para sempre, todo ano vai ter", disse Guedes.

O ministro, porém, não detalhou quanto do valor liberado se refere ao FGTS e quanto poderia vir do PIS/Pasep. Fontes da área econômica indicaram ao **Valor** que, no caso do PIS/Pasep a liberação deve atingir 11,5 milhões de pessoas, o que envolveria cerca de R\$ 2 bilhões entre setembro deste ano e março de 2020.

Segundo fontes do Planalto, a Casa Civil e técnicos do Ministério da Economia ainda fariam reuniões ontem e hoje pela manhã para concluir e revisar o texto da Medida Provisória (MP) que tratará da liberação dos recursos. Um auxiliar do presidente salientou que é preciso fazer uma avaliação criteriosa no texto da medida para evitar erros. O maior receio, segundo a fonte, é de que haja alguma irregularidade que possa enquadrar o presidente em crime de responsabilidade fiscal.

Na reunião preparatória do Conselho Curador do FGTS, ontem, o representante do Ministério da Economia, Igor Vilas Boas de Freitas, apresentou as linhas gerais da medida provisória.

Para indignação de representantes do conselho, Freitas contou apenas que a MP deve propor a criação de uma nova possibilidade de saque anual dos recursos na data de aniversário do trabalhador (saque-aniversário) e um saque extraordinário, no valor de R\$ 500 para todos os cotistas de contas ativas e inativas.

Segundo um dos representantes do conselho, apesar da pressão feita, Freitas, que preside o Conselho Curador, não passou detalhes sobre impacto das mudanças para o fundo. A reunião do órgão ocorrerá na próxima semana.

A MP deverá autorizar, ainda, a distribuição de 100% dos rendimentos do FGTS aos trabalhadores. No governo do presidente Michel Temer foi permitida a distribuição de 50% do lucro para melhorar a rentabilidade dos trabalhadores. Os depósitos do fundo são remunerados somente pela TR mais 3% ao ano.

A indústria da construção civil pressionou o governo para que não houvesse redução dos recursos do fundo de garantia que financia habitações e projetos de saneamento básico. Ontem várias fontes da área econômica asseguraram ao **Valor** que o funding dos financiamentos para esses dois setores está preservado.

O governo espera, com a liberação dos recursos do FGTS e do PIS/Pasep, estimular o consumo e dar um alento à atividade econômica, enquanto aguarda a expansão dos investimentos.

Guedes confirma liberação de R\$ 42 bi de FGTS e PIS

ATÉ 2020 A liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Programa de Integração Social (PIS) totalizará R\$ 42 bilhões até o fim do ano que vem, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, a injeção de recursos na economia deverá somar R\$ 30 bilhões neste ano e R\$ 12 bilhões em 2020.

“Eu tinha falado, um mês ou dois atrás, que [a liberação do FGTS e do PIS] ia ser em torno de R\$ 42 bilhões. Vai ser isso mesmo. São os R\$ 42 bilhões que eu tinha falado. Só que vocês vão ver que há novidades, há coisas interessantes”, disse o ministro, depois da solenidade de lançamento do novo mo-

delo de mercado para o gás, no Palácio do Planalto.

O anúncio das medidas para o FGTS está previsto para hoje, às 16h. Segundo Guedes, o governo pretende permitir um saque anual de contas ativas e inativas em caráter definitivo. Todos os anos, o traba-

lhador retiraria um percentual do saldo ou um valor fixo.

O ministro não confirmou se o saque neste ano será restrito a R\$ 500 por conta. Anteontem, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, tinha dito que as medidas em relação ao FGTS teriam impacto de curto e de médio prazo. Ele assegurou que a equipe econômica está tendo cuidado para que a liberação não descapitalize o fundo, que financia projetos de moradia popular, saneamento e infraestrutura. Da injeção prevista para este ano, R\$ 28 bilhões decorreria da liberação dos saques do FGTS e R\$ 2 bilhões das contas do PIS/Pasep.

O governo passado soltou só (o saque para contas) inativas. Nós vamos soltar ativas e inativas. Nós vamos soltar para sempre Paulo Guedes

Ministro da Economia

Abono do PIS/Pasep começa a ser pago amanhã; veja como

SALÁRIO EXTRA O pagamento do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), exercício 2019/2020, começa amanhã. A liberação do dinheiro para os cadastrados no PIS vai considerar a data de nascimento. No caso do Pasep, o calendário é definido pelo dígito final do número de inscrição.

Os trabalhadores que nasceram entre julho e dezembro receberão o abono do PIS ainda este ano. Já os nascidos entre janeiro e junho terão o recurso disponível para saque em 2020. Recebem também este ano os servidores públicos cadastrados no Pasep com dígito final do número de inscrição entre 0 e 4. Os registros com final entre 5 e 9 receberão no próximo ano.

A data para o fechamento do calendário de pagamento do exercício 2019/2020 está prevista para o dia 30 de julho de 2020. A estimativa é que sejam destinados R\$ 19,3 bilhões a 23,6 milhões de trabalhadores. O pagamento do abono salarial

referente ao PIS será feito pela Caixa em suas agências em todo o país; e o abono do Pasep será pago no Banco do Brasil.

Para ter direito ao abono é necessário ter trabalhado formalmente por pelo menos 30 dias em 2018, com remuneração de até dois salários mínimos. Além disso, o trabalhador tem de estar inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos e ter seus dados informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

GOVERNO ESTUDA VENDA DE BOTIJÃO DE GÁS ‘PARCIALMENTE CHEIO’

MERCADO O governo federal lançou ontem o Programa do Novo Mercado de Gás, que reunirá medidas para reduzir o preço do gás natural. A expectativa da equipe econômica é que o programa contribua para a retomada do crescimento econômico do país.

O programa vem sendo formatado há meses por técnicos liderados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e de Minas e Energia, Bento

Albuquerque. O lançamento foi feito pelo presidente Jair Bolsonaro em evento no Palácio do Planalto.

O presidente assinou o decreto que institui o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN), com o objetivo de estimular a competição no setor. “Tem gente muito boa que estima em até 40% em dois anos a queda do preço do gás natural no Brasil. Nós temos certeza de

que o preço vai cair”, disse ele.

Também na cerimônia, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), Décio Oddone, afirmou que o órgão avalia mudanças no mercado de gás de cozinha, entre eles a permissão para venda de botijão “parcialmente cheio”; a permissão de venda fracionada de gás de cozinha; e a venda de botijão sem marca.

PAGAMENTO EM 2019

Nascidos em julho Recebem a partir de amanhã

Agosto 15 de agosto

Setembro 19 de setembro

Outubro 17 de outubro

Novembro 14 de novembro

Dezembro 12 de dezembro

FOLHA DE S.PAULO

Bolsonaro cria comitê para encerrar monopólio no gás e fazer preço cair 40%

Decreto estabelece órgão interministerial; para conseguirem empréstimos com União, estados serão estimulados a privatizar

Julio Wiziack, Gustavo Uribe e Talita Fernandes

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro assinou, nesta terça-feira (23), um decreto que cria um comitê interministerial para coordenar a implementação de uma série de medidas que levarão à abertura do mercado de gás, hoje concentrado pela Petrobras.

O plano prevê uma redução de pelo menos 40% no preço do gás nos primeiros dois anos e investimentos na construção da infraestrutura de transporte e distribuição de gás da ordem de R\$ 38,2 bilhões.

Como revelou a Folha, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pretende incentivar o uso do gás para diminuir a participação do diesel. Haverá estímulo para conversão de caminhões como forma de reduzir o custo do frete.

Caberá ao CMGN (Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural) acompanhar as diversas ações definidas pelo governo.

A diretrizes serão definidas pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), a fim de garantir a quebra do monopólio da Petrobras no gás (hoje ela detém 70% do mercado) e a livre competição, que será responsável pela queda do preço do combustível.

Farão parte do comitê representantes da Casa Civil, dos Ministérios da Economia e de Minas e Energia, do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e da EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Em discurso no Planalto

Governo lança plano para expansão do uso do gás no Brasil

Meta é estimular competição para aumentar oferta e derrubar preço do combustível

Rede de gasodutos no Brasil



Fonte: Ministério de Minas e Energia, Cade, Abegis, Anp e Cembras

Investimentos e retorno

Em R\$ bilhões
Construção de dutos e infraestrutura

38,2

Ganho estimado na geração de riqueza até 2028

328

70%
É a concentração da Petrobras na produção e distribuição de gás no país

vestimento, tanto no gás, até 2021, quanto no ramo petroquímico, com a venda de 8 de suas 13 refinarias.

Para estimular a entrada de novos competidores nos estados, que controlam a distribuição, o governo quer incluir no PFE (Plano de Fortalecimento de Estados e Municípios) e no PEF (Plano de Estabilização Fiscal) mecanismos que obriguem os governadores a privatizar suas companhias.

Em troca, estados terão autorização da União para novos empréstimos ou uma participação maior na distribuição

alternativa aos combustíveis fósseis e tem uma regulação que estimula sua universalização por meio de subsídios cruzados, garantindo a remuneração dos ativos e aumentando custos aos consumidores.

Agora, com o olhar de modernidade, o Brasil passa a promover o crescimento do consumo pela lógica da competição, a partir do pré-sal, que dobrará a oferta disponível em território nacional.

O movimento do governo é decisivo para garantir que, em vez de ser reinjetado, ou liquefeito e exportado, o gás

+
PETROBRAS REDUZIRÁ PREÇO DE GÁS DE COZINHA EM QUASE 10%

A Petrobras reduzirá em 9,8% o preço médio do GLP (gás liquefeito de petróleo) industrial e comercial, vendido nas refinarias em embalagens

Em discurso no Planalto, Bolsonaro ressaltou que a medida é uma forma de garantir mais produção de energia a preços mais baratos. "O Paulo Guedes [ministro da Economia] não pode falar em crescimento da economia se não tivermos energia", disse.

Bento afirmou que, "com o alvorecer do novo mercado, até 2029, a nossa produção passará dos atuais 12,4 milhões para 267 milhões de metros cúbicos de gás por dia".

Guedes disse que o plano é um "choque de oferta". "Agradeço ao presidente Jair Bolsonaro, que permitiu esse alinhamento de ações para que isso acontecesse [quebra do monopólio da Petrobras no gás]."

"No Brasil são poucos produtores, mercados cartelizados, preços a LOTS e ainda por cima uma chuva de impostos. Sobre o quê? Sobre pouco. Por isso, estamos despertando essas forças competitivas."

Pelos cálculos de Guedes, em dois anos, o preço do gás deve cair pelo menos 40%. "Aqui é US\$ 14 [por milhão de BTU], na Europa é US\$ 8, no Japão, US\$ 8, nos EUA, US\$ 3. Aqui, só com o choque de oferta, temos de chegar a US\$ 7 pelo menos."

Nas simulações mais otimistas do governo, o preço pode cair até 50% no primeiro ano. Segundo as estimativas da pasta da Economia, o impacto mais forte ocorrerá nos primeiros cinco anos.

Caso o preço do gás sofra uma redução de até 30% no primeiro ano, o impacto previsto no PIB da indústria será de 6,34%. Se a queda for de 50%, o PIB sobe 10,5%, e, se o preço cair somente 10%, o PIB se eleva em 2,1%.

A Petrobras aceitou trocar dois processos sancionatórios no Cade por práticas anti-competitivas pela implementação de seu plano de desin-

pação maior na distribuição de royalties do petróleo nos próximos leilões do pré-sal.

Boom de negócios virá quando preço do gás cair pela metade

OPINIÃO

Paulo Pedrosa

Presidente da Abnace (Associação dos grandes consumidores de energia) e ex-secretário do MME

BRASÍLIA O que o governo anuncia nesta semana com a abertura do mercado do gás é a melhor notícia para a economia brasileira. Os benefícios desse movimento não ficam só no segmento da energia e podem se expandir para vários setores da economia.

O que acontece é emblemático das escolhas que o Brasil fez nos últimos anos. Como na Previdência, o país precisa buscar o caminho da modernidade e olhar para a sua população, que quer emprego, renda e desenvolvimento.

A nova onda de oferta de gás natural que vai chegar com o pré-sal nos próximos anos pode mudar a paisagem da indústria brasileira, que viu o consumo desse insumo permanecer estagnado desde 2011.

As altas tarifas, maiores do que em países como Argentina, México, Estados Unidos e Reino Unido, explicam por que o setor produtivo nacional, para conseguir produzir, substitui o gás por insumos alternativos e mais poluentes, como óleo combustível ou carvão.

O custo competitivo pode gerar 4 milhões de empregos. O modelo que funcionou até hoje é baseado em uma lógica antiga, de país importador.

O gás é considerado uma

liquefeito e exportado, o gás do pré-sal venha para o país, gerando riquezas e emprego.

Para mudar o atual quadro, é inevitável a necessidade de aprimorar a regulação dos monopólios naturais e gerar competição para tornar o uso do insumo economicamente viável.

Em um país que, no setor de energia, houve muito desrespeito à racionalidade, a ação do governo para o mercado de gás se suporta na valorização da lógica econômica. Decisões voluntárias de produtores e consumidores precisarão ser tomadas e materializadas em contratos privados, de forma que façam sentido para vendedores e compradores.

De um lado, a opção dos produtores tem de ser segura e mais rentável do que a simples reinjeção ou exportação. De outro, o gás só será comprado pela indústria se garantir a produção a um preço que desloque o concorrente importado e permita que se olhe para o mercado internacional.

Da mesma forma, a produção de energia elétrica a partir de gás deve se mostrar competitiva diante das inovações do setor e da redução do custo das renováveis.

Hoje o MMBTU (unidade térmica usada como unidade de medida da energia para o gás) está em cerca de US\$ 14. Avaliações econômicas demonstram que os negócios se darão na faixa entre US\$ 3,50 e US\$ 8/MMBTU.

Para que isso aconteça, distribuição e transporte terão de evoluir da lógica atual, que promove a ociosidade dos ativos, para a de sua racionalização e ganhos de escala.

Será isso ou seremos condenados a repetir o passado, ter um crescimento marginal do mercado de gás e fazer do Brasil um país exportador de desenvolvimento.

embalagens acima de 13 kg, a partir desta quarta-feira (24), segundo informação publicada no site da estatal. É o primeiro ajuste no preço do insumo desde 25 de abril, quando houve uma alta de 6%.

24/07/2019 - 05:00

Programa vai tornar venda de gás de cozinha mais flexível

Por Rafael Bitencourt e Ana Krüger

O presidente Jair Bolsonaro lançou, ontem, o Programa do Novo Mercado de Gás (NMG) ao assinar o decreto que institui o comitê de monitoramento das ações de estímulo à competição no setor. Na cerimônia, no Palácio do Planalto, o governo apresentou as propostas de flexibilizar a comercialização do gás de cozinha e reduzir o volume de produto reinjetado nas plataformas.

Como medida para estimular a redução do preço do gás de cozinha, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse que poderá ser aprovada a liberação do botijão sem marca. Além disso, a agência deverá permitir a venda fracionada do gás para que os consumidores possam levar o botijão aos pontos de enchimento do mesmo ou receber representantes da distribuidora na própria casa.



O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque: flexibilização na área de gás de cozinha deve ocorrer em agosto

Oddone lembrou que os consumidores perdem uma porção residual de gás que costuma ficar no botijão devolvido à distribuidora. Para ele, a competição poderá provocar a queda do preço do botijão, que hoje custa cerca de R\$ 75, sendo que apenas R\$ 26 do preço final está relacionado ao produto em si - o restante é incidência de impostos e margens dos comercializadores.

Após o lançamento do programa, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, informou que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve aprovar uma resolução com as medidas para flexibilizar a comercialização do gás de cozinha em reunião marcada para o fim de agosto.

Ele ponderou que "é difícil dizer" quanto os preços irão cair. "Não temos nenhuma simulação neste sentido", disse. O governo espera que as medidas contidas na resolução do CNPE sejam implantadas pela ANP ainda neste ano.

Oddone afirmou que a ANP prepara medidas para impedir que um terço da atual produção continue sendo reinjetado nos campos exploratórios. Ele disse que, no passado, a agência expediu norma que limitou a queima de gás natural nas plataformas por uma questão ambiental.

O diretor da ANP disse que agora está sendo estudada uma medida regulatória para garantir a utilização máxima do gás natural nas plataformas, para inibir a reinjeção do produto nos campos. Segundo ele, a agência trabalha com o argumento de assegurar "o melhor aproveitamento possível de um recurso da União", conforme são considerados pela legislação o petróleo e o gás extraídos em território nacional.

As petroleiras que reinjetam o gás poderão, a partir da abertura do mercado, contratar empresas que constroem gasodutos, possuem unidades de tratamento ou embarcam o gás em navios como gás natural liquefeito (GNL), explicou o diretor da ANP.

"Estamos vendo, agora, a substituição de um monopólio, em que uma única empresa [a Petrobras] era responsável por tudo, por uma indústria bem mais ampla de gás natural", disse Oddone.

Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, aproveitou a solenidade para apresentar o programa como mais uma agenda de abertura econômica. O Ministério da Economia projeta queda de 40% a 50% do preço do gás natural em dois anos. Guedes criticou o estatismo percebido em administrações anteriores e citou a situação da vizinha Venezuela como exemplo de consequência da escolha dessa estratégia. "O estatismo destrói a capacidade produtiva de um povo, e nós provamos um pouco disso aqui [no Brasil] também."

O diretor-geral da ANP afirmou que 22 anos depois da abertura do mercado os setores de produção e abastecimento permanecem concentrados. "Pela primeira vez existe um conjunto de ações estruturantes para mudar essa realidade", afirmou.

Oddone citou que, ao final das próximas décadas, o Brasil será um dos cinco maiores produtores de petróleo do mundo. Segundo ele, não existe "maldição do petróleo", como os governos petistas costumavam se referir à dificuldade de administrar a renda na exploração de grandes reservas, "mas sim má gestão". **(Colaboraram Carla Araújo e Fabio Murakawa)**

MERCADO DE GÁS

ANP estuda mudanças na venda do gás de cozinha

**ANNE WARTH
E JÚLIA LINDNER**

Estadão Conteúdo, Brasília

O presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, disse que o governo estuda fazer mudanças nas regras para compra de botijões de gás. Segundo ele, a regulação atual está repleta de proibições e restrições, "especialmente o gás de cozinha".

"Aumentar a oferta e dar transparência aos preços não basta", disse, em cerimônia de lançamento do programa Novo Mercado de Gás no Palácio do Planalto – mais conhecido como "choque da energia barata".

Oddone disse que os botijões hoje são vendidos em média a R\$ 70. Segundo ele, o custo do produto é de R\$ 26, e os tributos representam R\$ 12. "O restante são mar-

gens brutas de distribuição e revenda", afirmou. Cada R\$ 10 a mais no botijão representa um custo de R\$ 4,1 bilhões adicionais para a sociedade, disse ele.

A ideia em estudo pelo governo é revogar a diferenciação nos preços do gás de cozinha. Hoje, o botijão residencial de R\$ 13 kg tem um subsídio, mas todos os demais envasamentos não contam com o mesmo benefício. Outra restrição em vigor é a que impede que um botijão de uma marca possa ser abastecido por um concorrente. Essa regra também deve ser revista.

Sem marca

"Isso não pode ser usado contra a modernização do setor. Mesmo em condições seguras, não é permitido engarrafamento de marca distinta", disse. "Isso gera custos adicionais de logística. Está em estudo o botijão sem

Tribuna

Novo mercado de gás vai reduzir custo para indústria

ESTADÃO CONTEÚDO

O novo mercado de gás vai propiciar uma redução significativa do custo da energia para a indústria e permitir investimentos privados no setor, reforçou nesta terça-feira, 23, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Reive Barros, no mesmo dia em que está previsto o lançamento oficial do programa pelo presidente Jair Bolsonaro.

O novo regramento a ser apresentado hoje (terça) deve estabelecer condições de competição para a produção e transporte de gás, o que, na expectativa do governo, deve favorecer tanto a redução do preço do insumo como da energia elétrica.

“O mercado de gás tem uma importância fundamental. A expectativa é que venha a acontecer com mercado de gás o que viveu o setor elétrico em 1980 a 1990”, disse, em referência ao processo de privatização de empresas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, com a entrada de diversos competidores internacionais. De acordo

com ele, com o apoio da iniciativa privada, o País pode ter seu potencial de produção de gás sendo mais rapidamente explorado, se tornando um dos cinco maiores produtores de petróleo do mundo.

GERAÇÃO ELÉTRICA

A necessidade de expansão da capacidade de geração elétrica no País, atualmente estimada em 5 GW por ano, pode ser elevada se avançarem as reformas que o governo Bolsonaro pretende realizar, como a da Previdência, a tributária e a administrativa, indicou Barros.

Isso porque o atual planejamento da expansão elétrica, que prevê o aumento de 5 GW/ano de capacidade instalada, está atrelado a um crescimento médio do PIB da ordem de 2,8%. Para Barros, a atual projeção pode ser considerada conservadora, em especial se forem concluídas as reformas previstas. O secretário salientou, porém, que ainda que o crescimento da atividade econômica venha a ser mais acelerado, o Brasil não terá dificuldade com a expansão energética. “O principal desafio é gerenciar as diversas fontes”, disse.

Tribuna

Desonerações concedidas pelo governo são maiores em 2019, diz Receita

CORREIO BRAZILIENSE

As desonerações tributárias concedidas pelo governo federal são maiores este ano do que em relação a 2018. De acordo com a Receita Federal, elas provocaram uma renúncia fiscal de R\$ 47,286 bilhões no primeiro semestre de 2019, frente os R\$ 40,400 bilhões contabilizados no ano passado. Os dados foram divulgados na manhã desta terça-feira (23/7).

Em julho, que é a última base de cálculo do Fisco, as desonerações custaram R\$ 8,016 bilhões aos cofres públicos. O valor também foi acima do registrado no mesmo mês de 2018, quando marcou R\$ 6,983 bilhões.

A desoneração da folha de pagamentos das empresas fez com que o governo federal deixasse de arrecar-



dar R\$ 866 milhões em junho. Já no acumulado do ano, o montante renunciado foi de R\$ 3,642 bilhões.

No agosto do ano passado, o Congresso Nacional aprovou a reoneração da folha de 39 setores da economia. Mas o secretário da

Receita Federal, Marcos Cintra, já defendeu que pretende reativar a desoneração da folha de salários, mas para todos os setores. Os detalhes serão divulgados quando o governo anunciar a proposta para a reforma tributária.

Veículo: Correio*

Data: 24/07/2019

Caderno:

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

BR Distribuidora é vendida por cerca de R\$ 9,6 bilhões

PETROBRAS A rede de postos de combustíveis BR Distribuidora, uma das marcas mais fortes associadas à Petrobras, está deixando de ser controlada pela estatal. Os bancos que coordenam a venda de ações da BR detidas pela Petrobras definiram ontem R\$ 24,50 o preço final da oferta, disseram duas pessoas a par da operação. Os detalhes finais ainda serão divulgados em fato relevante, mas, segundo as fontes ouvidas pelo jornal O Globo, a tendência é que a estatal reduza sua participação na empresa de 71,25% para 37,5%, levantando R\$ 9,63 bilhões e abrindo mão do controle da companhia.

A oferta é do tipo subsequente (follow-on), quando a companhia já tem ações na Bolsa. A rede de postos de combustíveis abriu seu capital no fim de 2017, quando a Petrobras levantou R\$ 5 bilhões com a venda de 29% das ações. Até aquele momento, 100% das ações da companhia pertenciam à es-

37,5%

é a nova participação da Petrobras no controle da BR Distribuidora

tatal. A nova oferta confirma a demanda sólida para a oferta de papéis no Brasil.

Nos últimos dois meses, bancos públicos levantaram R\$ 14,7 bilhões com a venda de participações na Petrobras e da resseguradora IRB na Bolsa. A operação da BR Distribuidora será a maior desde a oferta subsequente de R\$ 16,1 bilhões pela Telefônica em 2015.

Na noite de ontem, a Petrobras informou em comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que o seu Conselho de Administração aprovou a uma oferta pública de debêntures em até três séries, no valor total de R\$ 3 bilhões.

INVESTIMENTOS DEVEM GERAR 20,6 MIL EMPREGOS

PRIMEIRO SEMESTRE Até dezembro de 2021, a Bahia deverá ter a implantação de 224 empreendimentos, com investimentos de R\$ 13,5 bilhões e a previsão é gerar 20,6 mil empregos diretos, de acordo com o balanço divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). No primeiro semestre deste ano, 31 empreendimentos implantados foram responsáveis pelo investimento de R\$ 2,5 bilhões e geração de 5,4 mil empregos diretos. Os dados são fruto de acompanhamento da secretaria junto às empresas que assinam protocolos de intenções com o Governo do Estado. Os segmentos que se destacam são Eletricidade e Gás, com R\$ 8,3 bilhões e 4 mil empregos, e Minerais não metálicos, com R\$ 1,6 bilhão e 2,4 mil empregos. Vale destacar a previsão de geração de empregos nos setores de Comércio e Serviços, com 3,2 mil postos de trabalho e Alimentos, 2,6 mil vagas. O setor de Comércio e Serviços gerou o maior número de empregos, com 2,8 mil vagas diretas.

Arrecadação federal é a maior para junho desde 2014

CONTAS PÚBLICAS A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 119,946 bilhões em junho, um aumento de 4,68% na comparação com o mesmo mês de 2018, já descontada a inflação. O valor arrecadado

foi o maior para o mês desde 2014, mas o aumento expressivo só foi possível porque o recolhimento de tributos havia caído em junho do ano passado por conta da greve dos caminhoneiros.

No primeiro semestre, a

arrecadação federal somou R\$ 757,595 bilhões, também o melhor desempenho para o período desde 2014. O montante representa avanço de 1,80% na comparação com igual período do ano passado.

24/07/2019 - 05:00

Privatização da BR Distribuidora põe R\$ 8,56 bi no caixa da Petrobras

Por Maria Luíza Filgueiras e Ana Paula Ragazzi

A privatização da BR Distribuidora vai colocar no caixa da Petrobras pelo menos R\$ 8,56 bilhões e deve duplicar a liquidez em bolsa da líder do mercado de combustíveis e lubrificantes. É a maior oferta de ações desde abril de 2015 e a maior operação do processo de desinvestimentos estatais do novo governo via mercado de capitais.

A ação da BR foi precificada ontem a R\$ 24,50 na oferta subsequente de ações (follow-on), conforme antecipado pelo **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**. Com alta demanda de investidores, o lote adicional também foi exercido, chegando aos R\$ 8,56 bilhões. Se exercido também o lote suplementar - o que fica a critério dos bancos coordenadores da oferta e eles têm 30 dias para decidir fazê-lo -, o volume total da operação sobe a R\$ 9,63 bilhões.

Excluídos 1,65% de custos sobre o valor da oferta, esse montante vai direto para o caixa da Petrobras, que era a acionista vendedora. Com essa operação, o volume de vendas de participações acionárias detidas por estatais em bolsa desde outubro já atinge R\$ 32 bilhões.

A Petrobras tinha 71,25% da distribuidora e, com lote adicional e suplementar, pode ficar com 37,5%. Assim, a BR Distribuidora deixa de ser uma empresa de controle estatal e passa a ser uma companhia de capital pulverizado em bolsa. A operação terá um efeito imediato na liquidez das ações - já que, até agora, somente 28,75% das ações estavam em circulação. Com a oferta, o percentual de ações em circulação duplica.

O conselho de administração da BR Distribuidora, que era majoritariamente indicado pela Petrobras, uma indicação pelo Ministério da Economia e outra por funcionários, será modificado pelos novos acionistas e a expectativa é de melhora de governança.

É a maior oferta de ações do ano, seguida da operação recém-concluída do IRB Brasil Re, em julho, e da operação da Petrobras em junho. A tese dos bancos para atrair investidores para a BR é que a saída da Petrobras do controle da companhia dará a ela ganhos de eficiência por deixar de funcionar sob os parâmetros de uma estatal. Hoje, a BR tem que fazer licitações para a distribuição de seus produtos por trechos e sempre faz as contratações de empresas pelo menor preço oferecido. A partir de agora, ela pode se desamarrar desse modelo e pensar em contratos, por exemplo, regionais em que negocia com uma empresa condições mais vantajosas e eficientes.

Outro aspecto é em relação à equipe, destacou uma fonte. A BR será capaz de oferecer planos de remuneração que atraiam profissionais que julgar mais qualificados e preparados para as funções e para esse novo momento de melhora de eficiência. A empresa teria relatado, no ano passado, dificuldades de contratar um diretor financeiro, por exemplo. As informações que circularam era que, nas concorrentes, executivos de primeira linha recebem cerca de 30% a mais do que a BR pode pagar. Espera-se também um plano de demissão voluntária, para que a empresa enxugue o quadro ou consiga realizar as substituições que julgar necessárias.



BR passa a ser empresa de capital pulverizado em bolsa e vai buscar ganhos de eficiência, o que atraiu investidores

A companhia prometia ajustes semelhantes quando fez sua oferta inicial de ações (IPO), mas o argumento para não ter entregado esses ganhos antes, segundo gestores, foi o fato de a Petrobras ter seguido no controle. Como agora a petroleira sai do comando, o mercado resolveu refazer a aposta. "Apesar de o risco ser alto, nenhum outro ativo hoje no mercado oferece um potencial de valorização tão alto quanto a BR", disse um gestor. Ele observa que nesse sentido também a Petrobras foi inteligente ao manter 37,5% da empresa. "Se o plano da BR der certo, daqui a dois ou três anos a Petrobras fará um novo follow-on e captará toda valorização esperada para BR", afirma.

Para uma fonte próxima à distribuidora, a operação pode colocar pressão maior sobre as concorrentes em bolsa - Ipiranga, do Grupo Ultra, e a Raízen. Isso porque, se confirmadas a melhora de liquidez e especialmente de governança, essas companhias se tornam mais comparáveis. O mesmo não acontece quando há controle estatal e os investidores automaticamente atribuem um desconto ao papel. "Assim, a BR Distribuidora pode disputar atenção de investidores que estavam concentrados nas concorrentes privadas", diz essa fonte.

Apesar da melhora de liquidez e de governança esperadas, alguns analistas ainda veem riscos para a operação, uma vez que a distribuidora continua tendo um vínculo relevante com a Petrobras. "O setor de distribuição de combustível ainda é bastante dependente da política de preços da Petrobras", diz a analista Diana Stuhlberger, da Eleven Financial, em relatório.

Grandes gestoras brasileiras independentes e ligadas a bancos entraram com força na oferta, segundo as fontes. Entre elas, a SPX Capital, a Truxt, a XP Asset e os bancos Itaú e Safra, apurou o **Valor**. Também houve participação, em menor medida, de investidores estrangeiros.

Ontem pela manhã, os bancos coordenadores tinham contabilizado uma demanda três vezes maior que a oferta para a ação ao preço de R\$ 24, conforme duas fontes. A demanda a R\$ 25 era um pouco inferior ao livro, mas como interesse dos investidores na operação e a valorização da ação no dia, os bancos conseguiram subir um pouco o preço para o meio do caminho. A ação da BR subiu 2,04% em sessão de queda do Ibovespa.

Os bancos coordenadores da oferta são J.P. Morgan, Citi, Bank of America, Credit Suisse, Itaú BBA e Santander.
(Colaborou André Ramalho, do Rio)

24/07/2019 - 05:00

Carf mantém cobrança fiscal de R\$ 5,22 bilhões da Petrobras

Por **Beatriz Olivon**

A Petrobras sofreu ontem, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), nova derrota na disputa bilionária travada com a Receita Federal sobre aluguel de plataformas petrolíferas. O placar, por enquanto, é desfavorável na esfera administrativa. Porém, na Justiça, a empresa obteve uma vitória parcial, que já foi levada à segunda instância.

A companhia tem vários processos sobre o tema. São nove em tramitação no Carf. Venceu em três e perdeu em quatro - incluindo uma derrota na Câmara Superior, última instância do tribunal administrativo. E dois julgamentos ainda não foram concluídos.

O valor total da tese é estimado pela empresa em R\$ 45,45 bilhões, de acordo com seu Formulário de Referência. As autuações, referentes ao período de 2009 a 2013, incluem Cide, PIS e Cofins-Importação e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Não foram mais lavrados autos de infração a partir de 2014, segundo o advogado da empresa, Tiago Lemos de Oliveira, por causa de uma mudança em lei.

A discussão central é a mesma: a divisão de contratos de aluguel (afretamento) e de prestação de serviços em plataformas. A empresa costuma fazer dois contratos, deixando a maior parte do valor para o de afretamento, que não é tributado. A Receita Federal, porém, não aceita essa separação - normalmente quando a diferença é grande - e tributa toda a operação como importação de serviços.

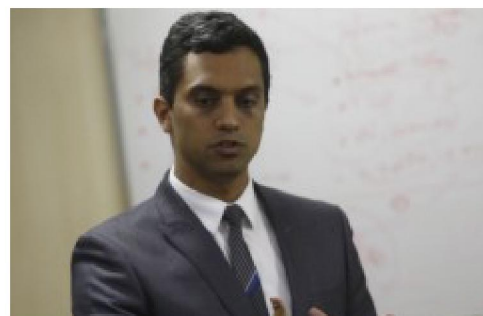
Ontem, a derrota foi no valor de R\$ 5,22 bilhões. O processo, que cobra PIS e Cofins do ano de 2013, foi julgado pela 2ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção, no período da manhã. À tarde, outra turma julgou cobrança do mesmo ano, referente à Cide. Nesse caso, só foi proferido voto do relator, favorável à Petrobras. O julgamento foi suspenso por pedido de vista.

Pela manhã, em sustentação oral, o advogado Tiago Lemos de Oliveira afirmou que a fiscalização não provou a acusação de que a partição seria simulada. "A execução simultânea dos contratos é característica da operação", afirmou. Ele acrescentou que o objetivo da Petrobras não foi o de reduzir a tributação. "É um procedimento usado por toda a indústria."

Já o procurador Fabrício Sarmanho de Albuquerque, da Fazenda Nacional, destacou que a Receita Federal não autua todos os contratos que analisa, só os que demonstram "artificialidade". "É lícito repartir os contratos, mas isso não significa que toda bipartição é blindada", disse em sustentação oral.

O julgamento foi definido por cinco votos a três. Prevaleceu o entendimento do relator, conselheiro Gilson Macedo Rosenburg Filho, representante da Fazenda. Ele considerou tratar-se de uma só contratação, artificialmente bipartida (processo nº 16682.722011/2017-17).

Esse não foi o mesmo entendimento do relator do processo que começou a ser julgado na tarde de ontem pela 1ª Turma da 2ª Câmara da 3ª Seção (nº 16682.722012/2017-53). Representante da Fazenda, o conselheiro Charles Mayer de Castro Souza, entendeu que a Receita deveria comprovar que o planejamento tributário foi abusivo.



Fabrício Sarmanho de Albuquerque: Receita não autua todos os contratos que analisa, só os que demonstram artificialidade

Hoje, a 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção retoma julgamento de outro processo sobre o tema, no valor de R\$ 2,68 bilhões (nº 16682.720836/2014-46). A sessão está suspensa desde junho. Por enquanto, três conselheiros votaram para manter a cobrança e dois para cancelar. Outros três ainda irão votar.

No Judiciário, a Petrobras obteve um interessante precedente. O juiz Eduardo Rocha Penteado, da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, considerou que a autuação não poderia ter como base o valor total contratado, sem indicação da quantia considerada abusiva no contrato de afretamento.

"Nem o contribuinte está certo em superfaturar o contrato de afretamento nem a Receita está com a razão em considerar o valor total dos contratos", afirma o juiz. Na sentença, ela anula a cobrança. Porém, determina que a Receita refaça a autuação fiscal. Após recurso da Fazenda Nacional, o caso aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região.

No TRF da 2ª Região, há precedente contrário à Petrobras. O caso foi levado à Justiça por uma prestadora de serviços. Em decisão monocrática, o juiz federal convocado Eugenio Rosa de Araujo afirma que a construção contratual usada pela Petrobras só encontrou amparo na legislação a partir de 2014, com a edição da Lei nº 13.043. O caso transitou em julgado em 2017.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 24/07/2019	Página: 06

Tribuna

China abre mercado para o Brasil

G1

O Ministério da Agricultura anunciou ontem que a China vai abrir mercado para a exportação de produtos lácteos brasileiros como leite em pó e queijos.

O acesso aos consumidores chineses estava acordado desde 2007, mas não havia nenhuma indústria brasileira habilitada a exportar.

Em abril deste ano, o ministério havia encaminhado uma lista com 24 estabelecimentos que poderiam vender ao país asiático. Nesta terça-feira, os chineses autorizaram a entrada dos alimentos produzidos nessas plantas industriais.

Entre os produtos que poderão ser exportados estão os "não fluidos", como leite em pó, queijos e leite condensado.

Segundo o governo, a medida poderá impulsionar o setor.

"O Brasil produz 600 milhões de toneladas de leite, mas a China importa 800 milhões de toneladas, 200 milhões de toneladas a mais do que produzimos. É claro que não é para amanhã, mas é uma abertura excelente para o Brasil", disse em nota a ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

Com a habilitação dos estabelecimentos, a expectativa do setor é exportar US\$ 4,5 milhões em queijos, estima a associação Viva Lácteos, que representa a cadeia produtiva.

Em 2018, os chineses importaram 108 mil toneladas de queijo de outros países, segundo a Viva Leite. A importação do produto tem crescido a uma taxa média anual de 13% nos últimos cinco anos.